

Paulo Caetano
Miguel Brandão Pimenta

PORTUGAL SELVAGEM

**Extinções
e Regressos**

Ilustração
Patrícia Furtado



*À Iris, por ser uma companheira incansável
em todos os projetos.*
*À Graça, por ser uma companheira inseparável
em todas as viagens.*

ÍNDICE

Parte I – Os que voltaram

Crónica do retorno das espécies que renasceram no território português

INTRODUÇÃO

Extinções e transformações ecológicas ao longo da história 13

CAPÍTULO 1

2025 – O castor reentra em cena 23

CAPÍTULO 2

2024 – As explorações do quebra-ossos 33

CAPÍTULO 3

2015 – As crias da águia-pesqueira 43

CAPÍTULO 4

2021 – Os ninhos do flamingo 57

CAPÍTULO 5

2019 – A visita do urso-pardo 65

CAPÍTULO 6

2017 – As ocasionais charrelas 79

CAPÍTULO 7

2014 – O regresso do lince-ibérico 85

CAPÍTULO 8

2010 – O abutre-preto volta a nidificar 99

CAPÍTULO 9

2003 – Os novos territórios da águia-imperial-ibérica 111

CAPÍTULO 10

1998 – A cabra-montês reivindica a serra 123

CAPÍTULO 11

1980 – O retorno do esquilo-vermelho 137

Parte II – Os que partiram para sempre

Vestígios, memórias e silêncios da fauna extinta em Portugal

CAPÍTULO 12

Década de 80 do século xx – O último esturjão do Guadiana 145

CAPÍTULO 13

Século XVI – O misterioso zebro 151

CAPÍTULO 14

Quatro mil anos – Adeus, auroque 157

CAPÍTULO 15

Vinte mil anos a. C. – O desconhecido leão-das-cavernas 163

CAPÍTULO 16

Trinta mil anos a. C. – O refúgio do elefante antigo 167

TABELA DE EXTINÇÕES	171
GLOSSÁRIO	177
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	181
ACRÓNIMOS E SIGLAS	187



PARTE I
OS QUE VOLTARAM

*Crónica do retorno
das espécies que renasceram
no território português*



INTRODUÇÃO

Extinções e transformações ecológicas ao longo da história

A extinção de uma espécie animal não é um episódio raro, nem secundário, na história da evolução do planeta e pode resultar de múltiplos fatores: alterações climáticas, transformações profundas da vegetação e dos ecossistemas, impactos cósmicos, vulcanismo, epidemias ou, em tempos mais recentes, da interferência direta da nossa própria espécie.

As extinções deixam marcas que se estendem muito para lá da perda de um organismo isolado, perturbando as cadeias alimentares, abrindo nichos outrora ocupados e reorganizando a disposição das comunidades biológicas.

Ao longo da história, o planeta foi assolado por vagas de extinções, cada uma deixando um traço particular na paisagem terrestre. Entre elas destaca-se a que assinala o final do Plistocénico — entre 15 000 e 10 000 anos antes do presente —, causada por uma súbita inversão do clima num tempo em que reinava o frio e a solidão. Mais recentemente, outra vaga de perdas tem-se feito sentir, desta vez causada pela ação humana sobre a natureza.

Mas recuemos no tempo, até ao início do Plistocénico, quando o clima da Terra começou a arrefecer após um longo período temperado, marcado por vastas florestas e extensas savanas.

No seu livro *Portugal na Idade do Gelo*, o arqueólogo João Zilhão descreve o arrefecimento que aconteceu há cerca

de 2,6 milhões de anos. Uma das razões desse processo terá sido a formação do istmo do Panamá, que uniu as Américas e alterou profundamente as correntes oceânicas. A partir desse momento ergueram-se calotas glaciares nas regiões circumpolares e, mais tarde, também nas grandes cadeias montanhosas do hemisfério norte. Desde então, o planeta tem oscilado entre longas fases glaciais, prolongadas e rigorosas, e curtos intervalos interglaciais, mais amenos, provocados pelas variações na órbita e na inclinação da Terra, que distribuem de forma desigual a radiação solar recebida.

Para a história da Europa, os investigadores identificam quatro grandes glaciações ao longo do Plistocénico: Günz, Mindel, Riss e, por fim, Würm, que se estendeu aproximadamente entre 110 000 e 10 000 anos antes do presente, antecedendo a interglaciação em que atualmente nos encontramos, que se caracteriza por temperaturas médias globais significativamente mais elevadas do que as da fase anterior.

Tente imaginar a severidade do clima nesses tempos recuados. No auge da Idade do Gelo, a vasta calota que cobria o norte da Europa — por vezes, com mais de 4 quilómetros de espessura — estendia-se sobre toda a Escandinávia, as Ilhas Britânicas e as regiões setentrionais da Alemanha, da Polónia e da Rússia. A sul desta imensa placa de gelo sucediam-se a tundra e as vastas estepes herbáceas, que avançavam até partes significativas da Península Ibérica. O nível médio do mar encontrava-se então cerca de 130 metros abaixo do atual, expondo os fundos do mar do Norte, do golfo da Biscaia e do Adriático. O mar Negro e o mar Báltico transformaram-se em mares interiores; a Grã-Bretanha ligava-se ao continente europeu. E, em latitudes ainda mais altas, a Sibéria estendia-se até ao Alasca.

A bibliografia dedicada a este período fascinante da história do planeta revela um mundo povoado por criaturas que prosperavam sob condições extremas. Mamutes, rinocerontes-lanudos, leões-das-cavernas, hienas e muitos outros animais ocupavam

um mosaico de nichos ecológicos para os quais estavam bem-adaptados, exibindo características evolutivas que lhes permitiam sobreviver e florescer em climas rigorosos: pelagens espessas, reservas abundantes de gordura, extremidades reduzidas para diminuir perdas de calor, dentições adaptadas a pastagens ralas e comportamentos migratórios que permitiam escapar às estações mais duras.

De acordo com João Zilhão, durante os períodos de frio extremo — como há cerca de 25 000 anos —, a população europeia era muito reduzida, rondando os 180 000 habitantes. A maioria concentrava-se nas regiões meridionais do continente, procurando refúgio sobretudo na Península Ibérica, onde viveriam aproximadamente 90 000 pessoas. No território que hoje corresponde a Portugal, a população humana «não terá nunca ultrapassado os 10 000 indivíduos» — um número que, como observa Zilhão, é cerca de mil vezes inferior ao atual.

Apesar de relativamente benignas quando comparadas com as do centro e do norte da Europa, as condições climáticas no atual território português permaneciam severas durante o auge da glaciação.

No litoral da região centro, entre as bacias do Tejo e do Mondego, as condições eram marcadas «por fortes e frios ventos de oeste e pela influência climática determinante dos mares da época». De realçar que a temperatura superficial das águas do mar descia para valores próximos dos 6 °C no inverno. «As nossas praias e falésias proporcionavam então um espetáculo para nós há muito perdido: a deriva, ao longo da costa, de icebergues desprendidos da calota que cobria as Ilhas Britânicas», acrescenta o arqueólogo.

Em terra, as temperaturas eram extremamente baixas: entre o Porto e Lisboa, a média anual rondava os 7 a 10 °C — cerca de 5 a 10 °C abaixo dos valores atuais. Entre o litoral e as montanhas desnudadas ou glaciadas do interior, estendia-se uma charneca com povoamentos de pinheiro-silvestre, mais ou menos

esparsos, evocando as montanhas da Escócia atual. No interior, pelo efeito da continentalidade, as oscilações térmicas eram ainda mais acentuadas. Na serra da Estrela e nas terras altas do Noroeste, especialmente no Gerês, o clima era rigoroso, acomodando mantos de gelo permanentes.

Ainda assim, nem tudo era tão agreste e frio. Os estudos de João Zilhão indicam que, mesmo em momentos de clima mais rigoroso, como o do Último Máximo Glacial, espécies vegetais temperadas como carvalhos, bétulas e ulmeiros nunca desapareceram, persistindo nas zonas mais abrigadas dos vales e ao longo das ribeiras.

EXTINÇÕES E SEUS EFEITOS NA FAUNA E NO SER HUMANO

Durante milénios, a diversidade biológica manteve-se estável. Mas esse equilíbrio revelou-se efémero à escala geológica.

Com as mudanças climáticas que marcaram o final do Plistocénico — nomeadamente, o aumento progressivo da temperatura média do planeta e a estabilização climática pós-glacial —, iniciou-se a extinção quaternária. Vítimas do degelo e do recuo dos glaciares, que conduziram à subida dos oceanos em cerca de 120 metros e ao avanço das florestas temperadas sobre as antigas estepes frias, muitas espécies animais adaptadas ao clima rigoroso não tiveram tempo evolutivo para se ajustarem.

Na Península Ibérica, as extinções foram numerosas. Entre os grandes herbívoros contam-se o rinoceronte-lanudo, o elefante antigo, o bisonte, a rena e o veado-gigante; entre os carnívoros, o leão-das-cavernas, o urso-das-cavernas e a hiena. Algumas destas espécies, como a hiena-das-cavernas, extinguiram-se já nos derradeiros milénios do período, quando a expansão das florestas se somou à escassez de presas e à pressão crescente exercida pelos caçadores paleolíticos.

Porém, algumas persistiram, como o lobo, o urso-pardo e o lince, que integram ainda hoje a fauna ibérica. Outras sobreviveram apenas em refúgios montanhosos isolados, como o íbex-dos-alpes e a camurça. E não foram apenas os mamíferos: fenómeno semelhante ocorreu noutros grupos de animais, incluindo diversas espécies de aves. A torda-grande, ave marinha gigante, não voadora e parente dos pinguins, abandonou o litoral português em direção às águas frias do norte da Europa. A sua extinção ocorreu muito mais tarde, no século XIX, sobretudo devido à caça intensiva e à colheita dos seus ovos.

Além das transformações provocadas nos sistemas ecológicos e das variadíssimas espécies parcial ou totalmente extintas, as alterações climáticas do final do Plistocénico marcaram uma viragem decisiva na história do próprio ser humano e no seu modo de viver: a sua transformação de criatura errante, caçador e recoletor, dependente da imprevisibilidade dos recursos, em homem sedentário, agricultor e domesticador/criador de animais. Uma forma de vida que surgiu no Crescente Fértil, há cerca de 10 000 anos, e que se propagou à Europa há cerca de 7500 a 5000 anos, aproximadamente.

A entrada neste novo período da história da humanidade trouxe mais abundância e previsibilidade alimentar. Mas, com o passar dos séculos, abriu caminho a uma nova vaga de regressões e extinções faunísticas, desencadeadas não pelo clima, mas pela ação humana: desflorestação, expansão agrícola, caça e perseguição, poluição, introdução de espécies exóticas e, mais recentemente, alterações climáticas induzidas pelo ser humano conduziram a uma erosão acelerada da biodiversidade, não apenas de espécies isoladas, mas de comunidades inteiras.

A escala das perdas é dramática. De acordo com as investigações levadas a cabo por Paulo Catry e Nuno Oliveira, reunidas em «Aves nidificantes possivelmente extintas em Portugal Continental», só nos últimos quatro milénios terão desaparecido cerca de 1700

espécies de aves — aproximadamente 15% da avifauna do planeta. A maioria pertencia a ilhas oceânicas ou regiões isoladas, onde as espécies evoluíram sem defesas perante a chegada do ser humano e dos animais que o acompanhavam. Muitas outras sucumbiram sem deixar vestígios claros, pelo que estas estimativas são provavelmente conservadoras.

Entre os mamíferos, repete-se o mesmo padrão de perda: desde o ano 1500, a International Union for Conservation of Nature (IUCN) refere o desaparecimento de 113 espécies entre as quais a de alguns dos animais mais emblemáticos do continente europeu, como o zebro e o auroque, caçados até à exaustão.

Na Idade Média extinguíram-se, em Portugal, o castor e, mais tarde, o urso-pardo. Mais recentemente, desapareceu das águas portuguesas o esturjão, um fóssil vivo, outrora abundante nos principais cursos de água do continente. Apesar disso, o número de espécies extintas em Portugal é relativamente reduzido face ao total de espécies viventes, e a maioria corresponde a extinções regionais. Mas muitas outras recuaram até ao limiar da sobrevivência e poderão desaparecer da biodiversidade portuguesa se, entretanto, nada for feito.

OS QUE PARTIRAM, OS QUE REGRESSARAM E OS QUE PERSISTEM

Nem todas as extinções são absolutas, e a incerteza existe em muitos casos. Algumas espécies situam-se entre a ausência e o regresso, desaparecendo temporariamente ou alternando entre presenças esporádicas e populações estabelecidas. O flamingo, que abordaremos adiante, ilustra bem esta dinâmica. Outras espécies, como o abutre-preto e a águia-imperial-ibérica, regressaram a Portugal, após décadas de ausência como espécies nidificantes, voltando a reproduzir-se com sucesso e a devolver vida aos *habitats*.

A *Capra pyrenaica* sobreviveu aos rigores do Plistocénico, mas quase se perdeu no século XIX, sendo salva por esforços de conservação nas serras espanholas. Mas se aceitarmos a tese da existência passada de quatro subespécies para a cabra-montês ibérica, então a extinção da *Capra pyrenaica lusitanica* assinala o desaparecimento definitivo de uma linhagem moldada pelas montanhas húmidas do noroeste da Península Ibérica.

Daqui se depreende que falar de extinções não é narrar um simples fenómeno biológico; é percorrer uma teia complexa de acontecimentos, alguns naturais, outros forjados pela mão humana, uns locais, outros globais, uns passageiros, outros definitivos. Compreender esta diversidade é essencial para reconstituir o passado da fauna portuguesa, mas também para reconhecer que a perda de espécies — total ou parcial — faz parte de uma longa história, na qual clima, paisagem e humanidade se entrelaçam desde tempos imemoriais.

Os capítulos que se seguem reúnem 16 dessas presenças interrompidas: algumas desaparecidas de forma definitiva; outras, entretanto, recuperadas ou regressadas; e outras, ainda, envoltas num limbo científico, sem certezas quanto ao seu estatuto passado ou à sua presença histórica no território. A sequência adotada rompe deliberadamente com a ordem temporal habitual. Inicia-se nos tempos mais próximos — nos quais surgem espécies de estatuto ambíguo, ainda ao alcance da memória — e recua progressivamente até um passado mais remoto, o período Plistocénico, onde se inscrevem extinções irreversíveis, enquadradas no seu contexto climático, ecológico e cronológico.

É a partir destas descrições que se torna possível compreender de que forma o clima, a paisagem, as flutuações ecológicas e as pressões humanas foram moldando, desfazendo e, por vezes, restaurando a fauna portuguesa. Trata-se, em última análise, de uma história de ausências — definitivas, temporárias e incertas.

Para este livro, cruzámos bibliografia científica nacional e internacional e ouvimos investigadores que, nos últimos anos, têm aprofundado o estudo das espécies extintas no território nacional. Este trabalho permitiu articular dados arqueológicos, paleontológicos, históricos e ecológicos, construindo uma visão tão abrangente quanto possível do fenómeno da extinção em Portugal.

Este não é um livro académico no sentido estrito do termo. É uma obra de divulgação dirigida ao grande público, organizada e escrita de forma clara e acessível, sem abdicar do rigor científico que o tema exige. Procurámos evitar uma linguagem excessivamente técnica, sem, contudo, simplificar em demasia processos complexos ou deturpar o conhecimento atualmente disponível.

Incluímos no final uma listagem de espécies extintas — não com a pretensão de ser exaustiva, o que seria manifestamente impossível —, mas reunindo aquelas cuja extinção é hoje mais consensual à luz dos estudos recentes, nomeadamente os trabalhos de paleoarqueólogos como João Luís Cardoso e João Zilhão, ou de biólogos como Paulo Catry e Nuno Oliveira.

Estamos convictos de que este livro vem preencher uma lacuna no panorama editorial português no domínio das ciências da natureza e da história ambiental. Acreditamos que poderá interessar a um público diversificado — historiadores, biólogos, naturalistas e todos aqueles que, movidos pela curiosidade, procuram compreender melhor o passado do território que hoje habitamos e, a partir dele, refletir sobre o futuro.



CAPÍTULO 1

2025

O castor reentra em cena

ENGENHEIRO DOS RIOS REGRESSA PELO DOURO

A confirmação chegou em 2025, mas a história começou meses antes. Nas margens mais remotas do Douro Internacional, foram recolhidos indícios que, vistos isoladamente, poderiam passar por obra de outros herbívoros. Porém, dispostos lado a lado — troncos roídos em bisel, ramos recém-cortados, galhos arrastados para a água, pequenas clareiras abertas junto ao leito —, compunham um padrão inequívoco. Era trabalho de castores. Depois de mais de cinco séculos de ausência, o *Castor fiber* voltava a pisar território português.

O processo de confirmação foi meticuloso, com equipas de campo a instalarem câmaras de fotoarmadilhagem. As primeiras imagens, difusas, mostraram apenas movimentos rápidos junto à água. Mas, poucos dias depois, surgiu um registo que dissipou qualquer dúvida: um castor juvenil emergindo da margem, com o pelo ainda escurecido pela água e um ramo entre os dentes. Movia-se com naturalidade, como se sempre ali tivesse vivido.

A notícia rapidamente percorreu a comunidade científica, pois o castor está considerado extinto em Portugal desde finais da Idade Média. Não existiam registos modernos credíveis nem observações consistentes. A espécie desaparecera discretamente, como

resultado da caça intensa — pela carne, pela pele e, sobretudo, pela valiosa secreção aromática castórea — e da degradação progressiva dos *habitats* ribeirinhos.

O regresso pelos próprios meios pode ser um marco biológico, mas também simbólico. Representa, de certa forma, uma reparação histórica e um teste ao estado real dos ecossistemas fluviais portugueses. O castor é exigente: não se instala em rios muito degradados, canalizados ou excessivamente perturbados.

Para já, a presença ocasional em Portugal parece restringir-se a apenas um indivíduo dispersante no Nordeste, junto à fronteira, onde o Douro mantém troços relativamente selvagens. No entanto, não se exclui que novos indivíduos estejam já a explorar áreas a jusante ou pequenos afluentes. Os investigadores continuam a monitorizar as potenciais zonas, recolhendo indícios e tentando perceber se o castor está apenas de passagem ou a formar uma população incipiente.

Entre troncos marcados e câmaras discretas, o que se lê é algo maior: o primeiro capítulo de um regresso há muito esperado. Portugal, pela primeira vez em séculos, volta a ser terra de castores.

A GRANDE EXPANSÃO

O reaparecimento do castor no Douro Português é inseparável da sua história recente em Espanha. Depois de séculos de ausência na Península Ibérica, tudo mudou no início do século XXI, quando ocorreram libertações não autorizadas na bacia do Ebro, na região de Castela e Leão.

A ação, realizada sem enquadramento legal e nunca totalmente assumida, libertou cerca de uma dezena de indivíduos — e alterou profundamente a ecologia fluvial do nordeste espanhol.

Contra as expectativas iniciais, a pequena população instalada no Ebro não só sobreviveu, como aumentou rapidamente.

Nos anos seguintes, sinais da presença da espécie foram surgindo primeiro nos afluentes, depois nos cursos médios e, por fim, em zonas muito distantes do local original da libertação. Em menos de duas décadas, os castores tinham colonizado centenas de quilómetros de rios, aproximando-se cada vez mais do limite fronteiriço com Portugal.

Por volta de 2020, investigadores espanhóis alertaram que a chegada ao Douro seria uma questão de tempo. Em 2023 e 2024, essa previsão tornou-se realidade do lado espanhol: os primeiros indícios surgiram perto de Zamora e, pouco depois, foram encontrados na zona fronteiriça de Arribes del Duero. Mais uma vez, fruto de libertações ilegais.

Para apurar a estrutura etária desses indivíduos e a continuidade genética entre eles, foi realizada uma investigação minuciosa por quatro investigadores do estado espanhol e dois portugueses, entre os quais José Jambas. No artigo conjunto que publicaram na revista *Galemys*, pode ler-se: «A análise genética não invasiva confirmou que esta nova população (ou pelo menos a do rio Tormes) é constituída por castores-europeus da mesma linhagem da Europa Ocidental previamente identificada na bacia do rio Ebro.»

Quando os primeiros vestígios surgiram em Portugal, em 2025, os especialistas viram o acontecimento como um culminar natural da expansão ibérica. O Douro, com as suas gargantas profundas e margens ainda relativamente bem conservadas, funcionou como corredor direto. Não houve reintroduções em Portugal, não houve ação humana deliberada; houve apenas dispersão natural, a força mais antiga e resiliente da ecologia.

A chegada ao lado português, ainda que apenas de um primeiro exemplar isolado, é consequência direta de um processo transfronteiriço. Qualquer estratégia de conservação ou gestão terá, inevitavelmente, de ser pensada numa escala ibérica.



**Um livro único que conta
a história dos animais
que Portugal perdeu para
sempre, mas também
dos que estão a regressar.**

Portugal está mais selvagem do que imaginamos. Durante séculos, algumas das espécies mais emblemáticas da nossa fauna desapareceram. Outras sobreviveram por pouco. Mas, atualmente, uma nova história está a ser escrita: animais que julgávamos perdidos estão a regressar.

Do lince-ibérico ao esquilo-vermelho, do abutre-preto ao urso-pardo, que surpreendeu o país ao visitar as colmeias de Trás-os-Montes, conheça as espécies que voltaram, as que resistiram e as que desapareceram para sempre, como o elefante antigo ou o leão-das-cavernas.

Paulo Caetano e Miguel Brandão Pimenta guiam-nos numa fascinante viagem pela história natural portuguesa, revelando o destino de 16 espécies. Com ilustrações exclusivas, esta obra desvenda as grandes transformações da vida animal ao longo de milhares de anos e mostra como o clima, a ação humana e os esforços de conservação moldaram o mundo selvagem que nos rodeia.

**«A natureza é mais rica
quando recupera as peças
que lhe faltavam.»**



Penguin
Random House
Grupo Editorial

www.penguinlivros.pt

Instagram Facebook YouTube Twitter penguinlivros

ISBN: 978-989-589-870-1



9 789895 898701